

## PLATAFORMIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NO ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE COLONIALISMO DIGITAL

Vítor Siqueira Gonçalves<sup>1</sup>  
Emanuelly dos Anjos Ferreira<sup>2</sup>  
Leandro Cabral de Almeida<sup>3</sup>

### RESUMO

Em tempos recentes, especialmente após a pandemia de COVID-19, as Big Techs avançaram significativamente sobre o campo da educação, especialmente nas instituições públicas. O que inicialmente se concentrou na criação de medidas para viabilizar o ensino remoto, no contexto do isolamento social exigido pelas políticas sanitárias, se desdobrou na substituição de livros e materiais didáticos tradicionais por tablets e conteúdo digital, produzidos fora dos parâmetros do Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), na gamificação como lógica estruturante das atividades pedagógicas, na plataformação e precarização do trabalho docente. O trabalho proposto, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), tem como objetivo pontuar algumas reflexões sobre os desafios à Educação em tempos de colonialismo digital, considerando a análise qualitativa (e de conteúdo) derivada de conversas coletivas e entrevistas realizadas com estudantes e professores no cotidiano escolar do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC-RJ). Interessa-nos observar a forma como é professores e estudantes compreendem esse processo no qual a Educação e o trabalho docente são atravessados por diversos aspectos resultantes da ampliação da atuação das Big Techs (e seus recursos) sobre o cotidiano da vida.

**Palavras-chave:** : Ensino de História; Plataformação; Autonomia docente

### Introdução

A integração massiva de tecnologias digitais no campo educacional é um processo que se desenvolve consideravelmente desde os anos de 1990, com a globalização e a expansão da internet, admitindo um conjunto de transformações materiais, organizativas, relacionais operadas no ambiente escolar, atravessadas por contradições, limites, possibilidades e debates. Uma questão premente que despontou desse novo contexto é a compreensão das formas pelas quais as novas tecnologias podem ser inseridas no cotidiano escolar de modo a integrar positivamente a relação ensino-aprendizagem. Consequentemente, esse debate foi ampliado e aprofundado contemplando temas como a desigualdade produzida e acentuada pela globalização; as limitações da conectividade no ambiente escolar considerando as estruturas

<sup>1</sup> Graduando do Curso de História da Universidade Federal Fluminense - UFF, ([vsgoncalves@id.uff.br](mailto:vsgoncalves@id.uff.br))

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de História da Universidade Federal Fluminense- UFF ([emanuelyferreira@id.uff.br](mailto:emanuelyferreira@id.uff.br))

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA-UFRRJ, professor supervisor do PIBID-UFF, ([leandrocabral@id.uff.br](mailto:leandrocabral@id.uff.br))





de desigualdades que afetam regiões e espaços periféricos em estados e cidades; o acesso e usos sociais de tecnologias digitais; as práticas pedagógicas que podem ser desenvolvidas com os estudantes e os saberes, competências e processos formativos docentes necessários à educação digital e midiática; a compreensão da dinâmica dos algoritmos, sua mobilização para objetivos políticos em tempos recentes, a disseminação de Fake News, desinformação, teorias da conspiração, formas de negacionismos, bem como as políticas de regulação das Big Techs; a expropriação e uso de dados digitais (pessoais) para o treinamento e aperfeiçoamento de máquinas, plataformas digitais e mecanismos de inteligência artificial, assim como seus desdobramentos éticos, sociais e políticos; as transformações nas formas de se comunicar e se relacionar produzidas pelas novas tecnologias e o modo como incidem diretamente sobre o processo de ensino-aprendizagem; medidas de proteção de direitos digitais (e individuais) e de promoção da cidadania digital em face das desigualdades e formas de violência que se manifestam nesse novo espaço; a expansão das Big Techs e da plataformização sobre diversos aspectos da vida, como o mundo do trabalho, da educação, da cultura e do consumo, entre outros temas.

Em janeiro de 2023, o governo federal sancionou a Lei nº 14.533, instituindo a Política Nacional de Educação Digital (PNED) que prevê a articulação entre programas, projetos e ações dos diferentes entes federados, áreas e setores governamentais para incrementar e potencializar as políticas públicas destinadas a possibilitar o acesso da população brasileira à recursos, ferramentas e práticas digitais, com prioridade para as populações mais vulneráveis, dentre as quais se destacam os programas, projetos e ações voltadas à inovação e inserção de tecnologias na Educação. Os objetivos estruturam-se em torno da promoção da inclusão digital, do desenvolvimento da educação digital escolar, da implementação de medidas de capacitação e especialização digital, além do fomento de pesquisas e desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação (TCIs)<sup>4</sup>. A Resolução nº 2 do Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica, de 21 de março de 2025, torna a educação digital e midiática um elemento curricular obrigatório (art. 28) e propõe diretrizes operacionais para o uso de dispositivos digitais nos espaços escolares (art. 1), num contexto de intensificação dos debates

---

<sup>4</sup> Brasil. Lei nº 14.553, de 11 de janeiro de 2023. Presidência da República. Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. In: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/14533.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14533.htm)





sobre redes sociais e o uso excessivo de telas por crianças e adolescentes e seus impactos sobre os processos de aprendizagem<sup>5</sup>.

Ainda que tal processo seja mais longo e tenha engendrado transformações substanciais na educação, consolidando concepções e práticas gradativamente e mobilizando um número crescente de políticas públicas, é inegável que a conjuntura da pandemia de Covid19 acelerou intensamente tais mudanças. Diante das necessárias medidas sanitárias e de isolamento social, escolas e universidades se mantiveram fechadas, recorrendo ao ensino remoto, a partir de plataformas digitais privadas baseadas na internet, operadas por Big Techs como Google, Microsoft e Meta, que se tornaram rapidamente mediadoras quase exclusivas da prática pedagógica. Essa iniciativa, a princípio, apresentada como uma solução emergencial, no pós-pandemia emergiu como uma lógica estrutural de organização da educação. Surge, assim, o fenômeno da plataformização do ensino, que consiste em submeter as práticas pedagógicas, os currículos e até as formas de interação entre professores e alunos à infraestruturas digitais controladas por grandes corporações.

O objetivo do artigo proposto é empreender uma análise exploratória acerca do processo de avanço das Big Techs e da plataformização no campo educacional, considerando os desafios e as potencialidades do uso de tecnologias digitais na prática docente e no cotidiano escolar, destacando especialmente algumas de suas consequências para a relação ensino-aprendizagem, para a formação crítica dos estudantes pleiteada pelo ensino de história e para o trabalho docente. Ao adotar uma perspectiva qualitativa, baseada na promoção de rodas de conversa e entrevistas como percurso metodológico, delimitamos como objetivo compreender as contradições que envolvem o processo de colonialismo digital sobre o mundo da educação, suas potencialidades, limites e impactos num quadro de avanço da precarização do trabalho docente e da educação, de modo geral, inscritos na percepção de estudantes e professores da rede pública do estado do Rio de Janeiro. Nesse caso, o enfoque do presente trabalho recairá sobre a análise de conteúdo que desborda das conversas/entrevistas a fim de elucidar aspectos da forma como estudantes e professores compreendem e vivenciam a presente conjuntura.

---

<sup>5</sup> Brasil. Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. In: [https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/marco/rceb002\\_25.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/marco/rceb002_25.pdf)





## **Educação numa era de colonialismo digital: avanço das Big Techs e da plataformação sobre o cotidiano escolar**

O avanço das Big Techs e das empresas de tecnologias sobre a educação pública e privada através da oferta de programas, aplicativos, plataformas e tecnologias que passam a integrar o cotidiano escolar, tanto nas práticas pedagógicas, na relação ensino-aprendizagem quanto na gestão escolar e das atividades administrativas integram uma tendência mais ampla, descrita por diversos autores como colonialismo digital ou colonialismo de dados. A ideia central é que, assim como no colonialismo moderno a expropriação de terras, corpos e recursos sustentou a expansão das metrópoles, no século XXI a expropriação dos dados pessoais, culturais e pedagógicos torna-se o principal mecanismo de dominação. Como sintetiza um estudo crítico: “O colonialismo de dados é uma nova forma de extração, em que os dados das populações são coletados (...)sem que essas populações tenham qualquer controle ou benefício” (SEMANAON, 2023).

Tal fenômeno traz consigo inúmeros desafios e consequências de longo alcance que devem ser considerados no âmbito da práxis educativa: dependência tecnológica, fragilização da autonomia pedagógica e a remodelação da prática docente como mera reprodução conteudista previamente definida. Ao mesmo tempo, cria-se um ambiente fértil para a penetração de ideologias políticas conservadoras, já que a infraestrutura digital que organiza o ensino também serve como canal de circulação de valores, representações e discursos. É digno de nota que as BigTechs e seus algoritmos estão a serviço dos interesses da classe dominante do mundo capitalista, a burguesia e, mais gravemente no contexto atual, a extrema direita.

Como observa pesquisa publicada no Le Monde Diplomatique Brasil: “empresas... controlam infraestruturas críticas, como data centers, cabos submarinos... e os algoritmos que mediam a circulação da informação” (DIPLOMATIQUE, 2022).





No Brasil, a ausência de políticas públicas robustas de soberania digital e a fragilidade das iniciativas estatais abriram espaço para que corporações transnacionais assumissem, praticamente sem intervenções ou regulamentações, a mediação tecnológica da educação. Durante a pandemia, muitas secretarias de ensino firmaram parcerias com Google Classroom, Microsoft Teams e outras plataformas, sem discutir em profundidade a questão da propriedade dos dados ou do impacto pedagógico dessas escolhas. Como assinala o Comitê Gestor da Internet (CGI), essa dependência compromete não apenas a autonomia docente, mas também a soberania nacional: “a plataformização da educação constitui um ataque à soberania digital, pois entrega ao setor privado global dados e processos educativos estratégicos” (NIC.BR, 2021).

A noção de colonialismo digital tem se tornado central para compreender as transformações recentes da educação. Se, no passado, a colonização se caracterizava pela apropriação territorial e pela imposição cultural, hoje se trata da apropriação de dados, da captura da atenção e da imposição de infraestruturas técnicas. Nick Couldry e Ulises Mejías (2019) chamam esse processo de data colonialism, sublinhando que a exploração contemporânea não se limita à economia, mas alcança a própria experiência humana.

As plataformas educacionais não apenas oferecem ferramentas de gestão e interação, ou se apresentam como uma alternativa para auxiliar, sendo mais uma opção metodológica do professor também moldam o currículo e as formas de ensinar de forma acrítica, rasa e engessada. Como observam Sampaio e Leher (2022), a plataformização “abre caminho para que corporações globais definam parâmetros pedagógicos universais, sem considerar a diversidade cultural e histórica dos contextos locais”. Esse aspecto é especialmente problemático para o ensino de História, disciplina cujo núcleo é a construção crítica de narrativas a partir de múltiplas perspectivas, muitas vezes silenciadas por anos de um currículo eurocêntrico na historiografia tradicional. As plataformas, portanto, vem para retroceder os pequenos avanços conquistados nos últimos anos como a inclusão de História da África, narrativas indígenas e questões de gênero no currículo.

Argumentamos que o ensino está correndo o risco de deixar de ser um encontro entre sujeitos que compartilham experiências e referências locais, para se tornar um fluxo padronizado de conteúdos globais, estruturados a partir de interesses corporativos e algoritmos subservientes à burguesia e ao extremismo.







Na disciplina de História, isso resultaria em um apagamento de narrativas locais e subalternas, sobretudo as de povos indígenas, comunidades quilombolas e movimentos sociais. Ao adotar conteúdos padronizados e “neutros”, muitas vezes importados de matrizes eurocêntricas, as plataformas reforçam uma prática de ensino despolitizada da história. Por óbvio, não há neutralidade mas uma escolha de currículo privilegiando assuntos que não toquem em temas sensíveis, ou que ainda que toquem, seja de forma superficial.

Além disso, o ambiente digital tem sido um terreno fértil para a difusão de revisionismos históricos alinhados à extrema direita. Iniciativas como a produtora Brasil Paralelo, amplamente divulgada nas redes sociais, procuram disputar a memória histórica por meio de documentários e cursos que relativizam a escravidão, glorificam ditaduras militares e negam a importância de lutas populares. Como afirma Normanha (2025): “Plataformas e materiais digitais, por sua vez, têm como finalidade limitar a atuação dos docentes e impor versões únicas da história, afinadas com interesses conservadores” (CASA MARX, 2025).

O ensino de História, que deveria ser espaço de formação crítica e de questionamento das estruturas de poder, encontra-se assim tensionado entre duas forças: de um lado, a padronização algorítmica das plataformas corporativas; de outro, a manipulação ideológica promovida por grupos da extrema direita que se aproveitam das mesmas ferramentas digitais. O resultado é um duplo ataque à pluralidade histórica: tanto pela homogeneização globalizante quanto pela censura e revisionismo locais.

Esse processo compromete a formação crítica cidadã e emancipação educacional dos alunos, já que os estudantes passam a ter contato com narrativas históricas filtradas por corporações globais e por grupos políticos conservadores, apagando narrativas que contrariem os interesses dominantes para que se mantenham os privilégios burgueses. Como sintetiza Couldry e Mejías (2019), trata-se de uma “colonização da vida social pela lógica da extração de dados”, mas, no caso da educação, soma-se a uma colonização ideológica, que pretende subjugar a imaginação histórica e limitar a capacidade crítica das novas gerações, os tornando meros reprodutores de discursos que, em grande parte, vão contra a classe que pertencem.

As relações entre o colonialismo digital e a experiência do Instituto de Ensino Professor Ismael Coutinho (IEPIC), uma escola fundada em 1835 com ênfase na formação de professores - atualmente no Ensino Médio, mostra claramente como a adoção forçada e desigual das plataformas digitais no ensino reforça o que Canclini (2015) e Casilli (2019) descrevem como uma lógica de colonialismo digital. Assim sendo, empresas privadas não se





limitam ao controle das ferramentas de mediação pedagógica, mas expandem sua influência ao fluxo de dados, conteúdos e interações, subordinando e engessando o trabalho docente e a experiência discente a lógicas de mercado no contexto capitalista e de um governo de extrema direita vivido no Rio de Janeiro. A plataformização do ensino, nesse sentido, modifica as relações entre professores, alunos e conhecimento, ao implementar novas formas de precarização e dependência tecnológica, especialmente em escolas públicas que enfrentam limites de infraestrutura e acesso (Srnicek, 2018). Nesse sentido, evidencia-se que o uso de plataformas digitais não é neutro, mas carrega consigo uma escolha política, em um espaço de disputa, que impacta negativamente tanto as condições de trabalho docente quanto as formas de aprender dos estudantes.

Nesse contexto, as atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) na escola se destacam como um contraponto à lógica de precarização indo na contramão do cenário que se apresenta. O trabalho dos bolsistas, coordenadores e supervisores ao promover, na medida do possível, visitas mediadas, rodas de conversa e metodologias participativas, insere-se no que Larrosa (2019) compreende como pedagogia da experiência: o conhecimento nesse conceito, não é apenas transmitido, mas construído em diálogo, fortalecendo a autonomia dos alunos e sua consciência histórica. Nesse processo, o PIBID é fundamental para que se exerça na prática a função social destacada por Bittencourt (2004), ao articular a prática do ensino de História com o desenvolvimento de uma consciência crítica capaz de refletir sobre temas sensíveis como ditadura, memória e democracia. Ao aproximar universidade e escola, o programa contribui não apenas para a formação dos licenciandos, mas também para transformar o espaço escolar em território de resistência e produção de sentidos, alinhado ao princípio freireano de uma educação libertadora.

## **Resultados e discussão**

Como dados empíricos para propor uma reflexão sobre o tema, foram realizadas entrevistas com professores do IEPIC e conversas para compreender também a perspectiva dos alunos.





Um das fala contida na entrevista é a de um professor, de Geografia e disciplinas pedagógicas, estando há 14 anos no estado se dedicando à duas matrículas. O professor destaca como a plataformização da educação tem se tornado um fenômeno estruturante no ensino contemporâneo de forma a não se limita a adoção de ferramentas digitais, mas da crescente dependência de plataformas privadas, às Big Techs, que controlam o acesso aos conteúdos, a dinâmica das aulas e até mesmo a circulação de dados de professores e estudantes. Nesse sentido, o professor enfatiza que esse processo transfere para grandes corporações não só a infraestrutura, mas também o poder de modelar práticas pedagógicas, o que gera preocupações ligadas à soberania digital e ao uso comercial de informações educacionais.

Destaca-se na entrevista que o ensino digital vinha sendo implementado gradativamente, o contexto pandêmico de Covid-19, no entanto, acelerou processos já em curso, consolidando práticas que antes eram vistas como emergenciais. O ensino remoto, em muitos casos, passou a ser incorporado de maneira permanente, com uma narrativa de modernização inevitável. Contudo, essa implementação, para o professor, realiza-se de cima para baixo, frequentemente feita de forma verticalizada, sem diálogo efetivo com os docentes, o que reforça a percepção de imposição tecnológica. Além disso, é digno de nota que o ensino digital apresenta contradições: pode ampliar o acesso, mas, ao mesmo tempo, reproduz e aprofunda desigualdades, sobretudo quando não há garantia de infraestrutura e conectividade adequadas, como no caso do IEPIC.

O docente reflete que consequência mais direta desse processo é a precarização do trabalho docente. O professor passa a ser visto sob a lógica da “uberização”, como um prestador de serviços “autônomo” que deve se adaptar a demandas flexíveis impostas pelas grandes empresas de tecnologia, muitas vezes remunerado apenas por tarefa ou atividade prevista em contrato ou concurso. Essa configuração resulta em uma significativa perda de autonomia pedagógica, já que os critérios de ensino e avaliação são, em parte, definidos pelas próprias plataformas. Soma-se a isso a intensificação da carga de trabalho, com exigências de disponibilidade constante, respostas imediatas e atualização contínua frente a novos sistemas digitais. Apesar desse aumento nas responsabilidades, não há contrapartida em termos de melhores salários, estabilidade ou condições de trabalho, reforçando a dimensão precarizante do processo. É, portanto, um processo desproporcional onde o docente tem um aumento significativo da carga de trabalho sem gratificações, melhorias de condições ou aumento da remuneração, servindo como meros instrumentos para a lógica do capital.







Assim, o depoimento revela um quadro no qual a plataformização, o ensino digital e a precarização docente estão profundamente interligados. A tecnologia, não é um instrumento de apoio pedagógico mas se torna mecanismo de controle e mercantilização da educação, impactando de forma a prejudicar tanto a experiência dos estudantes quanto a valorização do trabalho dos professores.

Foi realizada também uma entrevista com uma psicopedagoga e professora da rede pública de Niterói e do Estado do Rio de Janeiro, tendo trabalhado em diversos níveis sendo e atuando estando professora do Ensino Médio de disciplinas pedagógicas. A docente aponta que a plataformização da educação não é um fenômeno neutro: ao contrário, insere-se em um contexto de avanço das grandes empresas de tecnologia sobre a área educacional. Em consonância com a entrevista anterior, ressalta que as plataformas não apenas oferecem ferramentas, mas passam a condicionar as práticas pedagógicas, estabelecendo formatos, métricas e modos de interação engessados, retirando autonomia e discussões de temas fundamentais que alteram profundamente a relação entre professor, estudante e conhecimento. Nesse processo, a autonomia pedagógica é limitada, pois a lógica corporativa das plataformas define o que é considerado eficiente, produtivo e mensurável.

Ambos enfatizam que no campo do ensino digital, destaca-se que a pandemia consolidou e acelerou uma tendência já existente, transformando o remoto e o híbrido em elementos centrais do cotidiano escolar e universitário, não apenas como medida emergencial de exceção, mas como regra. Essa incorporação foi, em grande parte, feita de modo impositivo, sem considerar as diferentes condições materiais e regionais dos professores e estudantes. A entrevistada ressalta a ambiguidade do uso da tecnologia uma vez que, se por um lado, a tecnologia pode ampliar possibilidades de acesso, por outro, ela também acentua desigualdades sociais e educacionais, já que nem todos dispõem da mesma infraestrutura, tempo ou apoio para lidar com a virtualização do ensino.

Esses fatores estão diretamente ligados à precarização do trabalho docente. As plataformas induzem uma lógica de trabalho fragmentado e intensificado, em que o professor deve se adaptar rapidamente a novos sistemas, responder de maneira constante em múltiplos canais digitais e, muitas vezes, trabalhar além do horário formal, sem a devida valorização pelo aumento da carga horária, muitas vezes fora do horário e local de trabalho. Os entrevistados convergem ao destacar que a docência, assim, assume características próximas à “uberização”: o professor se torna um prestador de serviços sob demanda, perdendo garantias





de estabilidade e reconhecimento profissional. Além da sobrecarga, a entrevistada aponta o risco de que a dimensão formativa da docência seja substituída por uma lógica de gestão e produtividade, reduzindo a educação a métricas de desempenho e resultados quantificáveis.

Nesse sentido, o depoimento evidencia como a plataformização e o ensino digital, longe de serem apenas soluções técnicas, estão inseridos em um processo mais amplo de mercantilização da educação, que impacta diretamente o valor social do trabalho docente. A precarização aparece como consequência desse processo, na medida em que aumenta as exigências sobre os professores sem oferecer melhores condições de trabalho ou remuneração.

Em uma conversa com os estudantes, os discentes demonstraram perceber que as plataformas padronizam os conteúdos e métodos, o que pode tornar as aulas mais “engessadas”, além de relatarem uma sensação de distanciamento da relação dos alunos com os professores, já que muitas decisões pedagógicas parecem vir “da plataforma” e não mais do docente. Há críticas ao excesso de controle e vigilância digital, como a coleta de dados e monitoramento de desempenho, embora muitos reconhecem que o ensino digital facilitou o acesso a materiais e flexibilizou os horários de estudo. Destacam, porém, de forma consciente que desigualdades de acesso, onde alguns têm computadores e internet estável, outros dependem de celular ou conexões precárias prejudicam o processo de aprendizado.

Os alunos relatam que a experiência digital, embora prática, é marcada por sensação de isolamento e dificuldade em manter motivação. Observam uma sobrecarga de trabalho nos professores, muitas vezes disponíveis em múltiplos canais (e-mail, chats, plataformas).

Alguns alunos apontam que a qualidade do ensino caiu não por falta de preparo dos docentes, mas pela exigência excessiva das plataformas e das instituições. Há também uma percepção de que os professores têm menos autonomia e isso repercute na forma como os alunos aprendem, tornando as aulas mais voltadas a tarefas burocráticas do que a debates e discussões críticas.

As entrevistas foram realizadas em diferentes contextos, de forma a respeitar as dinâmicas de cada grupo. Com os professores, ocorreram em salas separadas, durante os intervalos, garantindo privacidade e liberdade para expor percepções individuais. Já com os alunos, a atividade foi organizada em forma de roda de conversa, no horário regular de aula, estimulando o diálogo coletivo. Essa diferenciação possibilitou captar tanto visões pessoais quanto experiências compartilhadas, enriquecendo a análise.





## Considerações finais

A análise da plataformização do ensino permite compreender como as transformações digitais impactam de maneira profunda as práticas pedagógicas, as relações de trabalho docente e a própria concepção de educação. Se, por um lado, as plataformas digitais ampliam o acesso a diferentes conteúdos, diversificam metodologias e possibilitam novas formas de interação entre professores e estudantes, por outro, também reforçam dinâmicas de precarização do trabalho, mercantilização do conhecimento e dependência tecnológica em relação a grandes corporações.

As entrevistas com docentes e conversas com discentes realizadas evidenciam que, embora as plataformas educacionais sejam percebidas por alguns docentes e estudantes como instrumentos de dinamização do ensino, prevalece a sensação de vigilância, sobrecarga de trabalho e perda de autonomia pedagógica. Esse quadro confirma a hipótese de que a plataformização não é apenas um processo técnico, mas parte de uma lógica de colonialismo digital, em que corporações transnacionais controlam dados, metodologias e ritmos da prática educativa. A análise sugere que enfrentar esses desafios exige não apenas políticas públicas que regulem o uso de plataformas, mas também a valorização das vozes docentes e discentes, garantindo que a tecnologia sirva à educação democrática e não à sua mercantilização.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2023.





BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 21 de março de 2025. Define diretrizes para a educação digital e midiática na Educação Básica. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 24 mar. 2025.

CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

CASA MARX. Normanha: plataformas e materiais digitais na disputa pela memória histórica. São Paulo: Casa Marx, 2025.

CASILLI, Antonio A. *En attendant les robots: enquête sur le travail du clic*. Paris: Seuil, 2019.

COULDRY, Nick; MEJÍAS, Ulises. *The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019.

DIPLOMATIQUE BRASIL. Empresas de tecnologia e a infraestrutura crítica global. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://diplomatie.org.br>. Acesso em: 4 out. 2025.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas*. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NIC.BR – Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. *Plataformização da educação e soberania digital*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet, 2021. Disponível em: <https://nic.br>. Acesso em: 4 out. 2025.

SAMPAIO, Plínio de Arruda; LEHER, Roberto. Plataformização da educação e pedagogia crítica. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, 2022.

SEMANAON. Colonialismo de dados: uma nova forma de exploração. *Semana On*, Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://semanaon.com.br>. Acesso em: 4 out. 2025.

SRNICEK, Nick. *Platform Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2018.

